

Déficit aumenta na habitação

BRASÍLIA — A partir de 1990, o governo federal terá de encontrar formas de cobrir um rombo do Sistema Financeiro da Habitação, estimado hoje em Czs 500 bilhões. É a diferença, ao final dos contratos de financiamento, entre a correção das prestações pela equivalência salarial e a inflação registrada no período. Ela terá de ser coberta pelo Tesouro Nacional, caso seja respeitado o compromisso assumido este ano pelo presidente Sarney, por decreto.

A estimativa da extensão do rombo do sistema é feita pela Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) e, segundo o presidente da Caixa Econômica Federal, Mauricio Viotti, pode ser correta, mas não há como comprovar. Isso porque desde a extinção do BNH perdeu-se o controle do número de contratos firmados a cada ano pelo sistema, e é desconhecido o volume de financiamentos repassados ou quitados. Segundo um assessor do ministro da Habitação, Prisco Viana, havia estudos, no ministério, para orientar a previsão das dotações necessárias, a cada orçamento da União, para cobrir o rombo do sistema. Mas eles foram destruídos pelo incêndio na semana passada.

SEM GARANTIAS

O orçamento aprovado pelo Congresso para o próximo ano destina Czs 1,9 bilhão para o atendimento de 43 mil contratos de financiamento de imóveis que, provavelmente estarão terminando. A responsabilidade do governo sobre as facilidades concedidas para a aquisição de casa própria foi definida em meados da década de 60 quando, depois da criação do BNH, foi instituído o Fundhab. Em 1985, prevendo um período difícil para o Fundo de Compensação de Variações Salariais entre 1990 e 1995, pois os reajustes das prestações foram inferiores à metade da inflação registrada no período, o BNH — já no governo Sarney — determinou que o pagamento aos bancos fosse feito em quatro anos.

Com a extinção do BNH, em 1986, os agentes privados do sistema começaram a reclamar da falta de garantias de o dinheiro emprestado ser efetivamente devolvido. E deixaram de financiar imóveis pela equivalência salarial. Este ano, os agentes privados voltaram ao sistema, mas apenas com financiamentos de mais de 2.500 OTNs, nos quais o mutuário assume a responsabilidade do resíduo.